

## O PROCESSO DE INTERIORIZAÇÃO DO SISTEMA PENITENCIÁRIO PAULISTA

### The Process of Internalization of the São Paulo Penitentiary System

João Luís FRANCHI<sup>1</sup>  
Paulo Roberto Teixeira de GODOY<sup>2</sup>

#### RESUMO

Este artigo, originalmente apresentado como trabalho de Especialização desenvolvido entre 2006-2008, junto ao Instituto de Geociências e Ciências Exatas – IGCE, Departamento de Geografia da Unesp, Campus da Rio Claro/SP, e denominado “O Espaço Prisional: repercussões em Itirapina/SP”, foi realizado junto à realidade do sistema prisional paulista, tendo por objeto de estudo levantar as formas e tipos de prisões, desde as primeiras impressões na Antiguidade e chegando até a expansão e interiorização do fenômeno prisional no Estado de São Paulo.. O espaço prisional e suas influências e repercussões não se restringem apenas na prática intra-muros. Muito mais que isso, o espaço da prisão vai além das muralhas e também repercute na cidade, ocasionando fenômenos e impressões passíveis de serem analisadas, mesmo sob a ótica geográfica.

**Palavras-chave:** espaço prisional; sistema penitenciário; prisão; metrópole informacional e cidade de pequeno porte.

#### ABSTRACT

*This article was originally presented as a Specialization work developed between 2006-2008, in the Instituto de Geociências e Ciências Exatas, Departamento de Geografia, da UNESP/ Campus de Rio Claro, and it was denominated “O Espaço Prisional: repercussões em Itirapina/SP”. This work took place together to the reality of São Paulo State Prisional System, having its Study Focus to bring up the forms and kinds od prisons*

<sup>1</sup> Licenciado em Geografia e Agente de Segurança Penitenciária junto à Secretaria da Administração Penitenciária do Estado de São Paulo

<sup>2</sup> Professor Doutor junto ao Departamento de Geografia – IGCE/UNESP/ Campus de Rio Claro/SP

*from the first impressions on the Ancientry until the expansion and interiorization of the prisional phenomom in São Paulo State. The prisional space ( Enviroment ) and its influences and repercussions are not merely to "intra-walls" daily routines. Much further than this, the prision space goes beyond the walls and also has its repercution on the town. Out of that repercution, que have phenomena and impressions which could be possibly analyzed, even under the geographical view.*

**Key-words:** Prisional Space. Prisional Enviroment; Prisonary System and small town.

## INTRODUÇÃO

O trabalho como Agente de Segurança Penitenciária nos últimos dez anos e o contato diário com a realidade de uma unidade prisional – Penitenciária “Dr. Antonio de Queiroz Filho”, de Itirapina/SP, juntamente com a conclusão do curso de Licenciatura em Geografia pela Unesp/Rio Claro em 2002, permitiu o início desta pesquisa sobre o espaço prisional.

O estudo do sistema penitenciário, diante de sua complexidade e atualidade, mostra-se diante das ciências sociais, como um desafio, neste princípio de novo século, pois, a busca por soluções para seu gerenciamento ainda está longe de um consenso comum entre o Estado e a sociedade.

O estudo da questão penitenciária ou prisional sob a ótica geográfica não é fato recente, apesar do número reduzido de pesquisas no gênero. Na segunda metade do século XIX, Kropotkin, geógrafo russo de renome, combatia os excessos e a ineficiência das prisões, alertando as autoridades da Europa na época que o modelo prisional era extremamente caro para os Estados, com um índice de reincidência muito alto. Acusado de anarquista pelo governo czarista, ele mesmo sentiu os efeitos de uma prisão, aos passar anos na prisão de São Petersburgo, onde empreendeu fuga para o Ocidente, e somente retornando à Rússia, após a Revolução de 1917.

“Em suas viagens e explorações científicas, Kropotkin tomou contato com a realidade da vida camponesa e impressionou-se com as

difíceis condições da vida dos trabalham a terra, em contraste com o nível de conforto dos que a possuíam. Isto o levou a uma atividade revolucionária mais intensa que teve como consequência a prisão na Fortaleza de Paulo e Pedro, a uma fuga espetacular para o exterior e a permanência no exílio durante mais de 40 anos, só voltando à Rússia, após a Revolução Socialista, revolução que não apoiou, por achar que ela fortaleceria o Estado que ele queria ver abolido, mas que o prestigiou e o homenageou até a sua morte em 1921” ( ANDRADE, 1987, p. 59).

Os problemas das prisões no Brasil a partir da década de 60 do século XX apresentam uma consequência lógica de quatro décadas de elevadas taxas de criminalidade, aumento da pressão pública em favor do endurecimento contra o crime e a contínua negligência dos políticos.

O golpe de Estado de 1964 foi o primeiro de uma série de golpes da América do Sul que levou a região a décadas de autoritarismo. No Brasil, como em outras partes da região, o regime militar caracterizou-se pelas graves e sistemáticas violações aos direitos humanos, incluindo desaparecimentos forçados, assassinatos políticos e a prática rotineira de torturas contra presos políticos. No final dos anos 70, os militares iniciaram um processo de abertura com a aprovação, em 1979, de uma lei que anistiava aqueles que haviam cometido abusos contra os direitos humanos, libertava vários presos políticos e permitia que muitos dissidentes exilados retornassem ao País.

Com o processo de redemocratização após 1985, o Brasil foi signatário de vários acordos contra abusos de direitos humanos, especialmente contra os presos.

Contudo, grande parte da população brasileira vive a margem de uma vida digna e cidadã, o que, aliado a tradição de um Estado truculento e repressor, provocou uma onda de encarceramento que se acentuou a partir da década de 90 do século 20.

O fenômeno do aprisionamento em massa, particularmente no Estado de São Paulo, provocou um reordenamento do território prisional paulista, que deixa o espaço da grande metrópole, e busca no interior, a base para sua missão quase utópica de reinserção e ressocialização do indivíduo preso, além de socorrer a frágil economia dos pequenos municípios do Estado de São Paulo.

## 1. EVOLUÇÃO DO SISTEMA PENITENCIÁRIO NO ESTADO DE SÃO PAULO.

A construção das primeiras instituições prisionais, embriões do que viria a se tornar, o atual sistema penitenciário paulista, ocorreu em São Paulo no decorrer do século XVIII. Para elas eram enviados todos os infratores, inclusive escravos, onde aguardavam a determinação de penas como o açoite e a multa, por exemplo, já que não existia a pena de prisão no Brasil. Um conjunto de cadeias tanto na capital como no interior, muitas delas funcionando nos porões das câmaras municipais, constituía a totalidade das instituições prisionais, que ainda não podiam ser consideradas como um único sistema organizado.

Relata-nos, Azevedo:

“Na segunda metade do século XIX, o Estado de São Paulo estava economicamente sob o domínio da cafeicultura e as repercussões demográficas desse ciclo econômico logo se fizeram sentir, com a entrada de milhares de imigrantes europeus. Em 7 de maio de 1852, era inaugurado o antigo *Recolhimento de Presos*, na Avenida Tiradentes, em São Paulo. Com o vertiginoso crescimento populacional da capital vinculado ao desenvolvimento econômico da virada do século e conseqüentemente maior incidência da criminalidade, tornou-se necessária a construção de um novo estabelecimento penal, já dentro de uma nova estratégia de

manutenção da ordem pública e de repressão ao crime. A construção dessa nova prisão, denominada Penitenciária do Estado de São Paulo, inicia-se em 1911, na Avenida Ataliba Leonel, no bairro do Carandiru, sendo inaugurada nove anos depois, em 21 de abril de 1920. As manifestações de repúdio popular, que invariavelmente acompanham as decisões do governo sobre a edificação de prisões, se fizeram sentir, sob a preocupação de resguardar a segurança da população em caso de fugas e rebeliões” (AZEVEDO, 1997, pp. 95).

Construída dentro dos padrões avançados da arquitetura prisional moderna, era qualificada como estabelecimento de segurança máxima, destinado a presos do sexo masculino, com condenação superior a oito anos, em regime fechado. O esquema arquitetônico da Penitenciária do Estado é um autêntico dispositivo panóptico. De acordo com o Código Penal de 1890, este estabelecimento adotou o regime progressivo de reclusão, o qual determinava que o cumprimento de pena se fizesse por estágios: o primeiro seria a reclusão absoluta, diurna e noturna; o segundo, isolamento noturno, com trabalho coletivo durante o dia, mas em silêncio; o terceiro estágio, seria cumprido em penitenciária agrícola, com trabalho extra-muro, e finalmente, no quarto estágio, seria concedida a liberdade condicional do sentenciado. Em 1921, o número de recolhidos não passava de 280. Depois, este coeficiente elevou-se numa ascensão ininterrupta. Em 1940, havia entre 1200 e 1235, que correspondiam à capacidade máxima do presídio (AZEVEDO, 1997).

A primeira organização do que viria a ser constituído de sistema penitenciário deu-se em 7 de abril de 1943, pelo Decreto Lei 13.298, que estruturou o Departamento de Presídios do Estado, quando existiam na época apenas quatro unidades prisionais.

Em 20 de junho de 1952, no presídio da Ilha Anchieta, localizado no litoral norte de São Paulo, ocorreu o maior incidente prisional da história paulista até então, quando os 450 presos se rebelaram, tentando uma fuga da ilha. O confronto terminou com a morte de 22 sentenciados e de 10 civis e militares, sendo que, posteriormente ao incidente, o presídio foi desativado, e o modelo de ilha-cárcere, esquecido (OLIVEIRA, 198).

Em 9 de setembro de 1963, o Governo do Estado regulamentou o Departamento dos Institutos Penais de Estado, sendo que finalmente em 13 de março de 1979, é criada a Coordenadoria dos Estabelecimentos Penitenciários do Estado de São Paulo, sendo a mesma, recentemente, dividida em cinco coordenadorias regionais, abrangendo todo o território paulista (SAP, 2006).

## 2. A METRÓPOLE INFORMACIONAL E A MARCHA RUMO AO INTERIOR.

Durante os períodos em que o regime democrático esteve praticamente ausente da cena política brasileira no século XX – República Velha, Estado Novo e Regime Militar pós-64, políticas prisionais colocadas em prática de maneira equivocada tinham a intenção de levar os sentenciados para cada vez mais longe da sociedade, como se, o corpo de apenados não fizesse parte dela. Ilhas-cárcere, navios, territórios longínquos eram frequentes, talvez, por influência externa, como a Prisão de Alcatraz, nos Estados Unidos, ou a Prisão da Guiana Francesa, na América do Sul.

Em 1943, o sistema penitenciário paulista contava apenas com quatro unidades prisionais, sendo três na Capital e uma localizada na Ilha Anchieta.

A instalação de unidades prisionais no interior durante as décadas de 50, 60 e 70 se fez de forma lenta e gradual. Poucos municípios possuíam dentro de seus territórios essas unidades, podendo citar Avaré, Tremembé, Taubaté, Campinas, Presidente Venceslau e Araraquara.

No final da década de 70, com o processo de inchamento da Região Metropolitana de São Paulo, e a vinda para o interior de muitas indústrias, além de considerável aumento da população interiorana, isso fez com que novas unidades fossem instaladas no interior, num processo contínuo, e que se acentuou, a partir de 1992.

Em outubro de 1992, o complexo do Carandiru, localizado na Zona Norte de São Paulo, e do qual fazia parte a Casa de Detenção “Prof. Flaminio Flavel”, foi palco do maior incidente prisional da história brasileira,

quando, depois de um confronto entre sentenciados que habitavam o pavilhão 9 e a tropa de choque da Polícia Militar, resultou na morte de 111 pessoas, todos sentenciados, de centenas de feridos. O confronto revelou a fragilidade do sistema penitenciário paulista e brasileiro, e a absoluta insanidade no trato prisional, haja vista que na Casa de Detenção chegou a possuir mais de 8000 presos.

Esse incidente, de repercussões internacionais, foi um divisor de águas na época. As medidas que se seguiram, foi a necessidade de construção de unidades prisionais menores, descentralizadas, e de preferência, longe da Região Metropolitana de São Paulo. A medida seguinte, foi a desativação de parte do complexo penitenciário do Carandiru.

Em dezembro de 2002, foram implodidos três pavilhões da Casa de Detenção, e em 17 de julho de 2005, mais dois pavilhões vieram abaixo. O local está sendo utilizado como parque, e futuramente, como área de ensino e aprendizagem.

Eis o que escreve Peixoto:

“ Já se disse que assistimos a um retorno da cidade, que há uma disposição para reinventá-la, por meio da criação de fatos urbanos, de lugares destinados a reanimar formas de vida social, focos capazes de aglutinar em constelação diferentes objetos arquitetônicos desconexos. Reativação de lugares com sentido forte, presença que se propõe mudar toda a estrutura urbana. Trata-se de construir no construído, de criar lugar sem romper com a paisagem que se partiu. Um espaço pleno de significado, um lugar carregado de símbolos da sociabilidade” (PEIXOTO, 2004, p. 436).

Segundo Rochefort (1998), a organização do espaço de um país é o reflexo de seu atual sistema econômico e social, da mesma forma que a herança dos diferentes sistemas que o regeram no passado.

Relata-nos Rochefort:

“Nos países em desenvolvimento, o crescimento urbano acelerado, particularmente das grandes cidades, que alguns chamam de explosão

urbana, suscita dois tipos de problemas. A rapidez do aumento do número de habitantes junto à pobreza do maior número se traduz no espaço urbano por todo um cortejo de insuficiências de infra-estrutura, de moradias, e pela multiplicação do hábitat espontâneo, com as conseqüências sociais que isso implica. Algumas iniciativas públicas aparecem antes de 1964, para remediar as insuficiências da organização do espaço interno das grandes cidades; são sobretudo ações locais das municipalidades. Depois de 1964, a iniciativa vem do poder federal, no âmbito de um sistema nacional de reorganização urbana. Trata-se, antes de mais nada, de uma ação sob a organização interna do espaço com a racionalização dos esquemas de reorganização e urbanismo e dos planos de urbanismo das maiores cidades brasileiras; mas a partir de 1974, aparece a idéia de promover ações que visariam antes frear o crescimento das grandes cidades do que corrigir as conseqüências sobre o seu espaço, num esforço geral para repensar a reorganização do território e para considerar um certo número de condições que permitiriam a interiorização do desenvolvimento. Foi assim que nasceu o programa dito “programas das cidades médias”, visando dar a algumas delas, condições de desenvolvimento que lhes permitissem desempenhar um papel mais importante no conjunto dos sistema urbano brasileiro” ( ROCHEFORT, 1998, p. 93 e 95).

O estudo da hegemonia espacial e os processos de racionalização do uso do território é descrito por Milton Santos:

“Esses tempos hegemônicos são, de um modo geral, o tempo das grandes organizações e o tempo dos Estados. Em sua busca de harmonização, há um conflito permanente entre o tempo hegemônico das grandes organizações e o tempo hegemônico dos Estados, e, em sua permanente dialética, há o conflito dos tempos dos atores hegemônicos e dos atores não hegemônicos ou hegemonzados. É assim que se definem, a partir do uso do espaço e do tempo,

os cotidianos tão diversos. Criam-se, também assim, espaços de hegemonia, áreas prenhes de ciência, tecnologia e informação, onde a carga de racionalidade é maior, atraindo ações racionais de interesse global” ( SANTOS, 1994, p.46).

Se, por volta de 1970, iniciou-se um processo de enxugamento da Região Metropolitana de São Paulo, com a migração de muitas unidades industriais para o interior, particularmente, para as cidade médias, bem como, o processo de especialização da metrópole, especialmente no setor de serviços, toda essa modificação trouxe benefícios e empregos para o interior.

Conta-nos Moreira:

“A origem da desconcentração industrial é, entretanto, a deseconomia de aglomeração que afeta a concentração urbana e industrial da grande São Paulo nos anos 70, provocada pelo acúmulo de um conjunto de conflitos – que pressiona pela desconcentração da indústria, que irá ocorrer, em São Paulo, via interiorização, e em nível nacional, pela política dos pólos” ( MOREIRA, 2005, p. 21 )

Ainda sobre as novas funções da metrópole, descreve Peixoto:

“ Uma combinação de dispersão e integração global criou um novo papel estratégico para as grandes metrópoles, com mudanças maciças na sua base econômica, organização espacial e estrutura social. Uma descontinuidade sistêmica se estabelece entre a cidade global e seus respectivos países, entre os diferentes setores de uma mesma cidade. O crescimento do mercado global induz a uma descontinuidade nos sistemas urbanos nacionais, fazendo surgir novas formas de interdependência transnacional. A mobilidade internacional do capital e sua crescente velocidade engendram formas específicas de articulação entre diferentes formas de concentração locacional, resultantes da mobilidade do capital e sua dispersão

territorial. Formas de aglomeração de funções centralizadas que não são geograficamente determinadas. Uma mudança na geografia das atividades econômicas que implica a constituição de novas relações entre os vários componentes de cada locação particular... Essas áreas, agora parte do mercado imobiliário global, tornam-se palco de grandes projetos de redesenvolvimento urbano. Eles anunciam um novo modo de reestruturação das cidades: grandes projetos imobiliários que implicam apropriação intensiva dos recursos públicos e do espaço urbano. A mudança de escal, com uma brutal verticalização, a criação de grande complexos dotados de infra-estrutura autônoma e a reconfiguração urbanística e regiões inteiras são indicativos de uma nova etapa do processo de reestruturação da espacialidade metropolitana. Um conjunto de medidas para a flexibilização dos regimes legais é implementado para viabilizar a implantação de projetos, implicando evidente privatização do espaço urbano. O papel da administração pública passa a ser o de estrategista para a implantação de empreendimentos privados internacionais” (PEIXOTO, 2004, pp. 395-396).

Novamente, Milton Santos descreve o novo perfil da metrópole informacional:

“Nas condições de passagem de uma fase a outra, somente a metrópole industrial tem as condições para instalar as novas condições de comando, beneficiando-se dessas precondições para mudar qualitativamente. A metrópole informacional assenta sobre a metrópole industrial, mas já não é a mesma metrópole. Prova de que sua força não depende da indústria é que aumenta seu poder organizador ao mesmo tempo em que se nota uma desconcentração da atividade fabril. O fato é que estamos diante do fenômeno de uma metrópole onipresente, capaz, ao mesmo tempo, pelos seus vetores hegemônicos, de desorganizar e reorganizar, ao seu talante e em seu proveito, as atividades periféricas e impondo novas questões para o

processo de desenvolvimento regional” (SANTOS, 1994, p. 156).

Já na década de 90, o sistema prisional paulista também começa a se descentralizar e a deixar a Região Metropolitana de São Paulo, migrando, para pequenas cidades de economia frágil, e trazendo empregos diretos para a população, sem a exigência de qualificação.

Conta-nos, Bueno & Guidugli:

“Dentre os primeiros, podem ser destacados a destruição da vegetação, a erosão e as diferentes formas de poluição da água, da terra e do ar. Os segundos, surgem sob as mais diversas formas de violência, miséria, marginalização, fome, trânsito caótico, serviços públicos ineficientes ou inexistentes, desemprego, moradias precárias e a perda de identidade social e espacial das populações urbana. Resumindo, verifica-se que ambos marcam, de forma crescente, os espaços urbanos como as principais áreas de concentração humana. Na medida em que se ampliam os espaços humanizados, através de diferentes formas de concentração demográfica e de estruturas arquitetônicas, aumentando assim o grau de complexidade nas relações sociais (BUENO & GUIDUGLI, 2004, p. 72).

Soja ( 1993 ) analisando a concepção espacial foucaultiana, descreve os espaços heterogêneos e suas relações, constituídos em todas as sociedades, e que assumem formas muito variadas e se modificam ao longo do tempo, à medida que a história se desdobra em sua espacialidade inerente. Foucault identifica muitos desses locais: o cemitério, a igreja, o teatro e o jardim, o museu e a biblioteca, a feira e a cidade das férias, o quartel, a prisão.

“ O espaço em que vivemos, que nos retira de nós mesmos, no qual ocorre o desgaste de nossa vida, nossa época e nossa história, o espaço que nos dilacera e nos corrói, é também, em si mesmo, um espaço heterogêneo. Em outras palavras, não vivemos numa espécie de vazio

dentro do qual possamos situar indivíduos e coisas. Não vivemos num vazio passível de ser colorido por matizes variados de luz, mas num conjunto de relações que delinea localizações irredutíveis uma às outras e absolutamente não superponíveis entre si.” ( FOUCAULT apud SOJA, 1993, p. 25 ).

As novas funções da metrópole, ora abrigando novas atividades, ora, expulsando atividades que não mais se encaixam no novo perfil, é analisado por Ana Fani:

“ As transformações não atingem a metrópole, como um todo, mas partes dela e, mesmo assim, com intensidades diferenciadas produzindo uma hierarquização dos lugares da cidade com o estabelecimento de uma nova divisão sócio-espacial do trabalho. Nesse contexto assistimos a constituição de novas centralidades e o esvaziamento de outras, em função dos novos usos como consequência das mudanças nos setores econômicos. Esse processo que se realiza de forma concentrada, no espaço, como uma expansão do centro tradicional criando uma aliança entre o Estado e os setores privados da economia, pois é necessário planejar o espaço para a realização destas novas atividades visto que o centro congestionado aponta a produção do espaço enquanto “nova raridade”. Isto é, a nova atividade precisa constituir-se enquanto centralidade mas, na metrópole, o espaço central é raro impondo a necessidade de sua expansão.. Nessas novas centralidades se associam os novos espaços de lazer e o novo centro econômico, voltado ao setor empresarial e de serviços – com suas novas formas urbanas e multi-funcionais. Aqui os novos setores econômicos – gerando novas atividades de apoio e um novo modo de gerenciamento dos edifícios de escritórios associando novas funções a novos usos – dão uma nova configuração ao espaço aprofundando a segregação pela valorização diferenciada do espaço e com a expulsão dos antigos moradores” (CARLOS, 2004, pp. 70-71 ).

Portanto, o fenômeno de interiorização das unidades prisionais poderia ser analisado e explicado sob os seguintes fatores:

- processo de enxugamento e especialização da Região Metropolitana de São Paulo;
- processo de tensão entre os espaços de inclusão ( que são regidos por interesses de mercado e especulativos ) e os espaços de exclusão ( representados pelo aparato repressivo e de controle social do Estado, particularmente, as unidades prisionais ).
- desativação de grande parte do complexo penitenciário do Carandiru, na zona norte de São Paulo, e palco do maior incidente prisional da história do País;
- desativação de carceragens de dezenas de distritos policiais, particularmente, na Capital;
- interesse de cidades de pequeno porte do Interior em ter uma unidade prisional em seus municípios, particularmente, pela estagnação econômica de muitos desses municípios. Além de empregos estatais diretos, forma-se uma rede de fornecedores que abastecem as unidades, gerando empregos e renda indireto.

O Estado de São Paulo, especificamente a Secretaria da Administração Penitenciária conta atualmente com 144 unidades prisionais espalhadas por uma rede de 79 municípios, onde estão sob guarda estatal 130.014 presos, em regimes fechado e semi-aberto. Convém salientar que não estão incluídos nestas estatísticas, os condenados em regime aberto e os que cumprem penas restritivas de direitos, bem como, os que ainda cumprem pena em cadeias públicas e distritos policiais. No País, segundo o Ministério da Justiça, já são mais de 400.000 presos espalhados por 1.181 estabelecimentos prisionais. Esse número tão expressivo de unidades prisionais está, no caso do Estado de São Paulo, juridicamente sob administração de uma secretaria de Estado,

denominada Secretaria da Administração Penitenciária, com sede, em São Paulo, SP.

### 3. CONCLUSÃO

Podemos analisar esse conjunto de unidades como sendo um sistema, e é assim que é informalmente reconhecido - como sistema prisional.

No caso de Estado de São Paulo, o início desse sistema prisional ocorre no ano de 1920, com a inauguração da Penitenciária do Estado de São Paulo, conhecida apenas como Penitenciária do Estado. As obras de construção dessa unidade prisional têm início em 1911, e entra em funcionamento em 1920.

A partir da década de 90 do século XX, ocorre uma notável expansão do sistema prisional paulista, agora, não restrito apenas a unidades próximas às regiões metropolitanas de São Paulo e Campinas, mas, espalhadas por todo interior.

Wacquant ( 2001 ) analisa o fenômeno da expansão das prisões como parte do próprio processo globalizante. Se em 1998, havia 43 unidades prisionais distribuídas pelo território paulista, segundo dados da Secretaria da Administração Penitenciária, hoje, existem 144, instaladas em de 79 municípios, particularmente, de pequeno porte.

Mas, sob o ponto de vista geográfico, esse processo de interiorização prisional mudou a paisagem de muitos municípios, particularmente, os de pequeno porte e de economia frágil.

O processo de especialização da grande metrópole informacional, aliado a fatores como a desativação do Complexo do Carandiru, a nosso ver, forçou uma nova espacialização na distribuição das unidades prisionais no Estado de São Paulo, especialmente no oeste paulista, onde dezenas de novas unidades prisionais foram instaladas no prazo de uma década, repercutindo no dia-a-dia de pequenas cidades onde o emprego era ( e ainda é ) escasso.

### BIBLIOGRAFIA

ANDRADE, Manuel Correia. *Geografia – ciência da sociedade*. Editora Atlas, São Paulo/SP, 1987.

AZEVEDO, José Eduardo. A Penitenciária do Estado: a preservação da ordem pública paulista. *Revista do Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária*, vol. 1, no. 09, Brasília, DF, jan/jun 1997, p. 91-102.

—————. As relações de poder no sistema prisional. *Revista da Associação dos Pós-graduandos da Pontifícia Universidade Católica*, ano VIII, no. 18, São Paulo, SP, 1999, p. 29-35.

BRASIL. Ministério da Justiça: Departamento Penitenciário Nacional. Sítio do Ministério da Justiça. Disponível em: <http://www.mj.gov.br/depen> . Acesso dia 16/01/2007.

BUENO, Edir de Paiva; GUIDUGLI, Odeiber S. A Geografia e o estudo da segregação sócio-espacial. *GEOGRAFIA/Associação de Geografia Teórica*. Rio Claro/SP, vol. 29, no. 01, jan a abr 2004, pp. 71-85.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. *O espaço urbano: novos escritos sobre a cidade*. Editora Contexto, São Paulo/SP, 2004.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br> . Acesso dia 30/10/2007.

MOREIRA, Ruy. Sociedade e espaço no Brasil ( as fases de formação espacial brasileira: hegemonias e conflitos). *Boletim Paulista de Geografia/Seção S. Paulo – Associação dos Geógrafos Brasileiros*, no. 83, dez 2005, pp. 16-23.

OLIVEIRA, Samuel Messias. *Ilha Anchieta – Rebelião, fatos e lendas*. São Paulo, SP, sem data.

PEIXOTO, Nelson Brissac. *Paisagens Urbanas*, 3ª ed, Editora Senac, São Paulo/SP, 2004.

ROCHFORT, Michel. *Redes e sistemas: ensinando sobre o urbano e a região*. Editora Hucitec. São Paulo/SP, 1998.

SANTOS, Milton. Sociedade e espaço: a formação social como teoria e como método. *Boletim Paulista de Geografia/Seção S. Paulo* – Associação dos Geógrafos Brasileiros, no. 54, jun 1977, pp. 80-99.

\_\_\_\_\_ *Técnica, espaço, tempo, globalização e meio técnico científico informacional*. Editora Hucitec, São Paulo/SP, 1994.

SÃO PAULO. Secretaria de Estado da Administração Penitenciária.

Disponível em: <http://www.admpenitenciaria.sp.gov.br>  
Acessos em: 30/08/2007 e 02/04/2008.

SÃO PAULO. Secretaria de Estado da Segurança Pública. Disponível em: <http://www.ssp.sp.gov.br>  
Acesso em: 15/11/2006.

SOJA, Edward W. *Geografias pós-modernas – a reafirmação do espaço na teoria social crítica*. Jorge Zahar Editor, Rio de Janeiro/RJ, 1993.

UNESP. *Normas para publicações da Unesp – dissertações e teses, do trabalho científico ao livro*, vol. 4, Ed. Unesp, São Paulo/SP, 1995.

WACQUANT, Loic. *As prisões da miséria*. Jorge Zahar Editor, Rio de Janeiro, RJ, 2001.

